Notícias

Valdecir Galor/SMCS

Comissão inicia análise da metodologia da tarifa do transporte coletivo

| 14/3/2013

A Comissão de Análise da Tarifa, criada pelo prefeito Gustavo Fruet para avaliar a metodologia tarifária do transporte coletivo de Curitiba, realizou sua primeira reunião na manhã desta quinta-feira (14). A comissão terá também a atribuição de avaliar os procedimentos para cálculo tarifário estabelecidos nos contratos de concessão do transporte coletivo vigentes no município.

No encontro, que durou mais de três horas, ficou decidido que todas as reuniões de trabalho serão abertas à sociedade que, além de acompanhar os trabalhos, poderá encaminhar sugestões por escrito a qualquer um dos membros da comissão.

A reunião foi aberta pelo presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, que também preside a comissão. “É determinação do prefeito Gustavo Fruet que tenhamos total transparência e muito, muito diálogo”, disse ele.

Integram a Comissão de Análise da Tarifa no Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Curitiba, além da Urbs, os representantes da Procuradoria Geral do Município, Joel Macedo Pereira Neto (procurador geral do município) e Cícero Juliano Staut Silva (subprocurador); da Câmara Municipal de Curitiba, vereador Jorge Luiz Bernardi; do Instituto de Engenharia do Paraná, Gilberto Piva; da Secretaria Municipal de Trânsito, Luiza Pacheco Simonelli e Luiz Maurício Albuquerque; do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), Sandro Silva e Fabiano Camargo da Silva; da Secretaria Municipal de Planejamento, Wilhelm Milward Meiness; e da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, Cristina Corso Ruaro. As atividades desenvolvidas pelos membros da comissão, consideradas como prestação de serviço público relevante, não serão remuneradas.

“Com esta reunião iniciamos o trabalho de avaliação da tarifa e de discussão de uma nova modelagem tarifária. Vamos avaliar todos os procedimentos, os contratos, os custos, com transparência e garantindo que a sociedade acompanhe todo o trabalho”, afirmou Silva Junior.

Neste primeiro dia de trabalho, os integrantes da comissão receberam do presidente da Urbs uma série de documentos, contratos e cálculos que serão agora avaliados internamente nas instituições representadas para discussão no próximo encontro, dentro de duas semanas. Para que todos os membros tenham condições de discutir e analisar dados e informações internamente em suas instituições, ficou definido que serão realizadas reuniões ordinárias a cada 15 dias, sempre às quintas-

feiras, das 8h30 às 12h30, podendo ser marcadas quantas reuniões extraordinárias forem necessárias.

Além disso, tanto o presidente quanto os técnicos da Urbs vão reservar as manhãs de quinta-feira nas quais não houver reunião para atendimento a membros da comissão que necessitarem de mais informações. Gregório também destacou que as equipes técnicas estão à disposição para prestar a qualquer momento todo assessoramento necessário aos trabalhos.

Depois da instalação e definição do cronograma de trabalho, a comissão assistiu a uma apresentação dos principais dados e informações da Rede Integrada de Transporte, como funcionamento, operação, cálculos de custos, tarifa, frota, definição de horários e fiscalização, incluindo o centro de controle operacional (CCO) que, além de monitorar a frota de ônibus gera relatórios que permitem melhor planejamento do sistema.

A criação da comissão faz parte do processo de abertura das discussões sobre o tema para a sociedade. Em fevereiro, cerca de 300 pessoas participaram da primeira audiência pública sobre tarifa, promovida pela Urbanização de Curitiba S.A. (Urbs) para debater o reajuste deste ano. A ideia agora é ampliar a discussão, avaliando de forma mais ampla o modelo vigente.

Notícias

Luiz Costa/SMCS

A Comissão de Análise da Tarifa voltou a se reunir nesta segunda-feira (25) na Urbs e dedicou quase três horas ao detalhamento da metodologia de cálculo da tarifa do transporte coletivo.

Comissão debate metodologia de cálculo da passagem do ônibus

| 25/3/2013

A Comissão de Análise da Tarifa voltou a se reunir nesta segunda-feira (25) na Urbs e dedicou quase três horas ao detalhamento da metodologia de cálculo da tarifa do transporte coletivo. Dados, parâmetros, custos, índices e critérios adotados em cada item que compõe a tarifa, definidos no contrato feito em 2010 com as empresas operadoras, foram apresentados por gestores da área de transporte coletivo da Urbs e debatidos pelos cerca de 30 integrantes da comissão presentes à reunião.

A reunião contou com a presença também de representantes do Movimento Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; dos sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e das empresas operadoras (Setransp), além de Dieese, Promotoria de Defesa do Consumidor e secretarias e órgãos municipais que fazem parte da comissão. Também participaram representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e técnicos e gestores da Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Entre os aspectos detalhados está o número de passageiros e a compra antecipada de créditos transporte. Representantes da Urbs explicaram que os recursos da compra destes créditos só são repassados às empresas operadoras na medida em que as passagens são utilizadas, ficando, enquanto isso, no Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC) exclusivo do transporte coletivo.

A Urbs também explicou como funciona o sistema de controle da utilização dos créditos, que visa coibir a utilização indevida do cartão. O controle permite saber o momento exato em que um crédito é utilizado, em que ônibus ou linha e quantos créditos restam no cartão. Com isso é possível de quanto em quanto tempo o mesmo cartão é utilizado, o que identifica de imediato tentativa de fraude com reutilização do cartão por terceiro.

Outro destaque nas discussões foi a questão dos custos do combustível (que representam mais de 15% da tarifa). A discussão foi motivada pela possibilidade de que eventuais descontos dos fornecedores às empresas, que são grandes consumidoras, não sejam abatidos dos custos. O presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, explicou que este

ponto será avaliado nas auditorias já determinadas pelo prefeito Gustavo Fruet na Urbs, no Fundo de Urbanização de Curitiba e nos contratos com as empresas.

Integrante do movimento popular, o professor Lafaiete Neves, da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (Apufpr) questionou alguns itens, como serviços terceirizados de informatização, e destacou que Curitiba vive um momento histórico de transparência e diálogo. “Felizmente o prefeito eleito volta à questão. É um momento histórico de transparência e precisamos jogar luz sobre todos os assuntos”, disse Neves.

O vereador Helio Werbiski, que juntamente com o vereador Jorge Bernardi, representa a Câmara Municipal na comissão, disse ao final do encontro que, embora seja necessária uma análise aprofundada de tudo o que se relacione e custos e tarifas, não tem dúvida de que o sistema de transporte de Curitiba ainda é um dos melhores do País.

Extraordinária

O detalhamento dos dados apresentados acabou estendendo o tempo de reunião para além do previsto. Por sugestão do presidente da Urbs, que preside a comissão, foi marcada uma reunião extraordinária na quinta-feira, dia 4 de abril. A reunião ordinária do dia 11 de abril está mantida.

A pauta da reunião do dia 4 – entre 8h30 e 12 horas – inclui a segunda etapa do detalhamento de dados e a definição dos próximos assuntos a serem discutidos.

A comissão de análise da tarifa do transporte coletivo foi criada pelo prefeito Gustavo Fruet para avaliação dos dados, custos e índices previstos no contrato assinado com as empresas em 2010, com o objetivo de propor uma nova modelagem tarifária.

As reuniões são abertas à imprensa e à comunidade em geral. Elas acontecem no auditório da Urbs, no prédio central da Rodoviária de Curitiba.

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão debate fundo de assistência e segurança de dados

Publicado em: 04/04/2013 17:37:00

A Comissão de Análise da Tarifa se reuniu nesta quinta-feira (4), no auditório da Urbs, e discutiu o controle dos sistemas de dados e informações do transporte coletivo, o peso dos gastos com pessoal e a destinação de recursos da tarifa para o Fundo Assistencial.

Esta foi terceira reunião da comissão, que tem como objetivo avaliar os critérios, cálculos, procedimentos e planilhas da tarifa do transporte coletivo e propor uma nova metodologia tarifária. A apresentação dos dados é feita por equipes técnicas da Urbs.

O superintendente da Secretaria Municipal de Planejamento, Wilhelm Meiners, disse que nesta reunião foi possível concluir a etapa iniciada na semana passada de detalhamento da composição da tarifa. Por solicitação da comissão, foi apresentado também todo o sistema de informações e segurança de dados, que tem participação do ICI. “Temos que discutir agora como é feito de fato o controle destes dados”, afirmou Meiners.

Wilhelm Meiners, que representa a Seplan na comissão, também destacou a presença de instituições técnicas, como o Dieese. “Eles têm uma grande parcela de contribuição a dar para elucidar tecnicamente dúvidas e questionamentos”, afirmou. Com a criação da comissão, explicou Meiners, a prefeitura abre uma oportunidade real de participação da sociedade em uma área vital para a cidade, que é o transporte coletivo.

O presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), Gilberto Piva, questionou a existência de plano de saúde e de recursos destinados à assistência à saúde, de cerca de R$ 400 mil por mês. Estes recursos representam em torno de 0,51% da tarifa atual. “Estamos falando de dinheiro público e é preciso ter claro o que é feito com ele”, disse Piva. Ele foi informado que o Ministério Público tem um procedimento aberto a este respeito.

A próxima reunião da tarifa será na quinta-feira (11), também no auditório da Urbs, das 8h30 às 12 horas. Da reunião desta semana, que foi extraordinária, marcada em função do grande número de informações a serem apresentadas, participaram a promotora de Justiça da Defesa do Consumidor, Cristina Ruaro e o Promotor de Justiça Maximiliano Deliberador; os vereadores Jorge Bernardi e Professora Josete; Sandro Silva e Fabiano Camargo, do Dieese; Gilberto Piva do Instituto de Engenharia do Paraná; Luiz Maurício Albuquerque, da Secretaria Municipal de Trãnsito, além de técnicos da Urbs.

Também estão convidados e participam das reuniões representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Notícia impressa em: 26/04/2013 08:32:08

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão da tarifa quer ouvir fabricantes de ônibus

Publicado em: 11/04/2013 17:21:00

A comissão de análise da tarifa do transporte coletivo de Curitiba quer ouvir os fabricantes de ônibus. A intenção é ter informações de custos dos veículos que compõem a frota de ônibus, o que inclui os investimentos em novas tecnologias, como é o caso do Hibribus, que entrou em operação em setembro do ano passado. Esse pedido foi feito em mais uma reunião, realizada nesta quinta-feira (11), na qual foram feitas apresentações de dados feitas pela Urbs e pelos sindicatos das empresas de ônibus do transporte coletivo (Setransp) e de motoristas e cobradores (Sindimoc).

Cálculos dos preços do óleo diesel e os cálculos das empresas sobre o peso da mão de obra no custo final do sistema foram os principais pontos do debate desta quinta-feira motivando, inclusive, a decisão de convidar fabricantes de ônibus.

Embora com posições diferentes em relação a vários dados, como por exemplo, o intervalo de duas horas na jornada dos motoristas - que é de seis horas diárias -, Setransp e Sindimoc destacaram a importância da comissão. O empresário Dante Gulin, presidente do Setransp, disse que o custo do transporte também preocupa as empresas operadoras, uma vez que o número de passageiros do transporte coletivo - que é um fator de redução de custos - está diretamente ligado à capacidade da população de absorver o preço da tarifa. “Temos que encontrar uma solução sim, que garanta viabilidade e atratividade ao sistema”, afirmou Gulin.

O presidente do Sindimoc, Anderson Teixeira, historiou algumas das bandeiras da categoria e disse que há momentos, em defesa da classe, em que são tomadas medidas que podem não ser favoráveis à sociedade, como em casos de greve. “Infelizmente, às vezes é necessário. Mas se estamos na Urbs é porque queremos sanar os problemas. Nunca tivemos espaço para conversar abertamente como está acontecendo agora”, afirmou.

A Comissão voltará a se reunir na quinta-feira (18), também no auditório da Urbs, das 9h às 12 horas. “Temos muito trabalho pela frente”, justificou o presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior ao fazer a convocação.

Da comissão fazem parte representantes da Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor; Câmara de Vereadores; Dieese; Instituto de Engenharia do Paraná; e secretarias municipais de Planejamento e de Trânsito, além da Urbs.

Também estão convidados e participam das reuniões representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Notícia impressa em: 25/04/2013 17:35:16

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão da tarifa discute variação no movimento de passageiros

Publicado em: 18/04/2013 16:54:00

A Comissão de Análise da Tarifa discutiu, na manhã desta quinta-feira (18), os dados sobre variação do movimento de passageiros no sistema de transporte - no período de 1996 a 2012 – com a integração metropolitana, e o detalhamento dos contratos de transporte com os três consórcios.

O encontro, no auditório da Urbs, reuniu representantes do sindicato de motoristas e cobradores (Sindimoc), do Dieese, do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), da Câmara Municipal de Curitiba, da Secretaria Municipal do Planejamento, da Secretaria Municipal de Trânsito (Setran). Compareceram também representantes do sindicato das empresas do transporte coletivo (Setransp), Conselho Regional de Economia (Corecon) e Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR).

Passageiros

Em 1996, quando foi feita a integração, os passageiros pagantes eram 27,9 milhões/mês; o movimento de passageiros transportados, em dias úteis, era de 1,71 milhão, em 1.493 ônibus. Em 2002, os números eram respectivamente, de 25,4 milhões de passageiros pagantes/mês, e 2,05 milhões transportados/dias úteis, em 1.835 coletivos. Em 2012, foram 25,7 milhões pagantes por mês e 2,25 milhões transportados / dias úteis em 1.930 ônibus. Esses e outros dados foram passados para a comissão.

Durante a reunião, o diretor jurídico da Urbs, Rodrigo Grevetti, detalhou os contratos que regem os três consórcios existentes, a partir da licitação de transporte realizado em 2010. Cada consórcio reúne um número determinado de empresas (ao todo, são onze em Curitiba) que têm responsabilidades sociais próprias, enquanto a Urbs mantém relação não isoladamente com cada empresa, mas com o respectivo consórcio.

A comissão também se manifestou quanto à falta de atenção às políticas de mobilidade. O presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Jr., disse que uma das prioridades do prefeito Gustavo Fruet é a reativação do Conselho Municipal de Transporte, para rever estratégias político-operacionais e da integração metropolitana.

Os integrantes da comissão receberam, ainda, informações sobre os direitos e deveres da Urbs, responsável pelo gerenciamento do sistema; e também dos direitos e deveres e obrigações das concessionárias. Discutiram, ainda, os índices constantes nos contratos, como os de cumprimentos de viagem, e de satisfação dos usuários quanto aos operadores.

Notícia impressa em: 25/04/2013 17:36:15

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão da tarifa debate medidas de redução de custos no transporte

Publicado em: 25/04/2013 15:48:00

A comissão de análise da tarifa do transporte coletivo entrou, nesta quinta-feira (25), numa nova etapa de trabalho: a de discussão e elaboração de sugestões para o estabelecimento de um novo modelo tarifário. Vencida a fase inicial, de apresentação de dados, cálculos, procedimentos, contratos, editais, planilhas e números do transporte coletivo, que ocupou as primeiras semanas de trabalho, os membros da comissão começam agora a apresentar sugestões para discussão e aprovação pelo grupo. As apresentações foram feitas tanto pela Urbs quanto pelos sindicatos dos motoristas e cobradores (Sindimoc) e das empresas de ônibus (Setransp).

A comissão sugere, por exemplo, a avaliação dos porcentuais de anuênio e de reajustes da cesta básica acima da inflação oficial que incidem sobre a tarifa. Nos dois últimos anos, por exemplo, a cesta básica de motoristas e cobradores foi reajustada em 184% quando o INPC no período, não chegou a 12%.

Também foi sugerida a avaliação de incluir numa mesma rubrica o plano de saúde e o item Fundo Assistencial que são transferidos para os sindicatos dos trabalhadores das empresas de transporte coletivo. O Fundo Assistencial representa quase 0,05% da tarifa e é repassado ao Sindicato de Motoristas e Cobradores (Sindimoc) e dos funcionários das demais áreas das empresas (Sindeesmat). No caso do plano de saúde, são R$ 44,00 por mês por funcionário e o Fundo Assistencial são cerca de R$ 400 mil repassados diretamente aos sindicatos. Nos dois casos os recursos são gerenciados pelos sindicatos.

Representantes do Sindimoc presentes à reunião informaram que são feitos em torno de 8 mil atendimentos de saúde por mês, uma vez que o benefício inclui dependentes dos motoristas e cobradores.

O custo das novas tecnologias também fez parte das discussões da reunião desta quinta-feira. O foco foram os custos para implantação do Hibribus, ônibus movido a eletricidade e combustível que entrou na frota em setembro do ano passado, provocando aumento da tarifa técnica.

Levando em conta a importância das novas tecnologias na melhoria do sistema e a dificuldade de ter parâmetros de avaliação quando se investe em algo novo, a comissão vai sugerir que custos desta natureza deixem de ser pagos via tarifa do transporte, buscando-se outras fontes de financiamento.

A comissão da tarifa voltará a se reunir na próxima quinta-feira, dia 2 de maio, das 9h às 12 horas no auditório da Urbs. Da comissão fazem parte representantes da Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor; Câmara de Vereadores; Dieese; Instituto de Engenharia do Paraná; e secretarias municipais de Planejamento e de Trânsito, além da Urbs.

Também estão convidados e participam das reuniões representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Notícia impressa em: 26/04/2013 09:00:46

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão da tarifa pede reativação do Conselho de Transporte

Publicado em: 02/05/2013 16:42:00

A comissão de análise da tarifa do transporte coletivo sugeriu, na reunião desta quinta-feira (2), entre outras medidas, a reativação do Conselho Municipal do Transporte como um fator essencial para melhorar e reduzir custos do transporte coletivo.

O conselho, explica o presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, tem como característica ser composto por diferentes segmentos da sociedade e tem entre suas atribuições definir diretrizes e atuar na fixação de tarifas e investimentos no transporte coletivo. A reativação do Conselho integra outra sugestão apresentada pela Comissão, que é a de ampliar a participação da sociedade.

A decisão, na reunião desta quinta-feira, foi a de recomendar que inovações e utilização de novas tecnologias no transporte coletivo sejam, primeiro, discutidas de forma efetiva com a sociedade.

Outra recomendação é de que sejam identificadas alternativas para financiamento de inovações tecnológicas no setor de transporte e também para compartilhamento dos resultados comerciais, de forma a não onerar a tarifa técnica, que é o custo real do transporte por passageiro.

O grupo ainda recomendou, entre outras medidas, a revisão frequente dos parâmetros de cálculos e custos do transporte coletivo e a criação de uma câmara de arbitragem, criando um espaço para que se discuta tecnicamente controvérsias relativas ao transporte.

A comissão da tarifa voltará a se reunir na próxima quinta-feira, dia 9 de maio, das 9h às 12 horas no auditório da Urbs. Da comissão fazem parte representantes da Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor; Câmara de Vereadores; Dieese; Instituto de Engenharia do Paraná; e secretarias municipais de Planejamento e de Trânsito, além da Urbs.

Também estão convidados e participam das reuniões representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Notícia impressa em: 06/05/2013 10:46:20

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão de Análise da Tarifa se reúne nesta quinta-feira

Publicado em: 08/05/2013 10:14:00

A Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo terá reunião nesta quinta-feira (9) no auditório da Urbs, no prédio central da Rodoferroviária.

Encarregada de apresentar sugestões para uma nova modelagem tarifária, a comissão está analisando dados, números, valores, critérios e procedimentos de cálculos de custos do transporte coletivo.

Integram a comissão representantes da Procuradoria Geral do Município, Câmara Municipal de Curitiba; Instituto de Engenharia do Paraná; Secretaria Municipal de Trânsito; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese); Secretaria Municipal de Planejamento e Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

Também estão convidados representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Serviço:

Reunião da Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo
Data: Quinta-feira, 09/05
Local: Auditório da Urbs (no prédio central da Rodoferroviária)
Horário: 9h às 12 horas

Notícia impressa em: 17/05/2013 11:04:21

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão pede auditagens periódicas no sistema de dados do transporte

Publicado em: 16/05/2013 17:00:00

A comissão de análise da tarifa do transporte coletivo propôs, na reunião desta quinta-feira (16), a realização de auditagens periódicas no Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) com o objetivo de identificar e sanar eventuais vulnerabilidades que possam prejudicar o controle realizado pela Urbs.

O SBE é o sistema que gerencia e concentra os dados do transporte coletivo, como números de passageiros, quilometragem, operações do cartão transporte, cumprimentos de horários dos ônibus, velocidade, número efetivo de veículos em operação, rotas, controle de isenções, etc.

A proposta vai fazer parte do relatório final da comissão, previsto para ser entregue em junho, e que terá uma série de recomendações para redução de custos e melhoria do sistema de transporte. Na reunião desta quinta-feira (16) foi encerrada a etapa de avaliação dos itens que compõem a planilha de custos do transporte coletivo o que significa que, já a partir da próxima reunião, será iniciada a sistematização das contribuições que serão apresentadas no relatório final.

Desde o início dos trabalhos, em março, os integrantes da comissão verificaram item por item todos os componentes da metodologia de cálculo da tarifa. Este trabalho incluiu a verificação de como é calculado o custo por quilômetro que tem como parâmetros os valores de insumos, gastos com pessoal e investimentos.

Na reunião desta quinta-feira, os integrantes da comissão também conheceram como funciona o cadastro de pessoas com direito à isenção e como é feito o controle operacional do sistema, em encontro encerrado com uma visita ao Centro de Controle Operacional (CCO) da Urbs.

As isenções - previstas em leis municipais, estaduais e federais – representam 14,7% da tarifa. Quase 250 mil pessoas estão cadastradas na Urbs na condição de isentos, totalizando por mês em torno de 3,5 milhões de deslocamentos.

A comissão vem se reunindo praticamente todas as semanas, em um esforço concentrado diante da complexidade do trabalho de avaliação de um grande número de dados, números, planilhas, números, procedimentos e parâmetros que compõem a metodologia tarifária.

Da comissão, que tem a participação do Ministério Público como observador, fazem parte representantes da Câmara Municipal; Dieese; Instituto de Engenharia do Paraná; e secretarias municipais de Planejamento e de Trânsito, além da Urbs.

Também estão convidados a participar das reuniões representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Notícia impressa em: 17/05/2013 11:10:47

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

ASSUNTOS

- Acessibilidade
- Central 156
- Coleta de Lixo
- Comunicação Social
- Concursos Públicos
- Copa 2014
- Educação
- Esportes
- IPTU
- Linha Verde
- Meio Ambiente
- Obras
- Saúde
- Transparência
- Turismo
- URBS

RECEBA NOSSO INFORMATIVO

Cadastre seu e-mail para receber notícias e informativos da Prefeitura

Nome

Email

OK

Aviso de Pauta

Comissão da tarifa se reúne nesta quinta-feira

12/06/2013 18:03:00

Compartilhe

A Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo se reúne nesta quinta-feira (13), das 9h às 12 horas no auditório da Urbs. Estarão em pauta a discussão da planilha de sugestões elaboradas ao longo dos trabalhos e início da elaboração do relatório final.

Integram a comissão representantes da Procuradoria-Geral do Município, Câmara Municipal de Curitiba; Instituto de Engenharia do Paraná; Secretaria Municipal de Trânsito; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese); Secretaria Municipal de Planejamento e Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

Também estão convidados representantes do Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades; os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Data: Quinta-feira, 13/05

Local: Auditório da Urbs

Horário: 9h às 12h

Compartilhe

LEIA MAIS

Aviso de Pauta
Comissão de Análise da Tarifa se reúne nesta quinta-feira

Transporte coletivo
Comissão pede auditagens periódicas no sistema de dados do transporte

Aviso de Pauta
Comissão da tarifa tem reunião nesta quinta-feira

Rede integrada
Curitiba assume 33% do subsídio do transporte

Leia mais notícias sobre Urbanização de Curitiba S. A.

IMAGENS RELACIONADAS

A tarifa do transporte coletivo de Curitiba e muni...

A Comissão de Análise da Tarifa, criada pelo prefe...

A Comissão de Análise da Tarifa voltou a se reunir...

mais imagens

12/06 18:08 Trabalho e Emprego
Conselho avalia Feira do Emprego

12/06 18:03 Aviso de Pauta
Comissão da tarifa se reúne nesta quinta

12/06 17:27 Ação Social
Projeto Curitibaninhos entrega enxovais

12/06 16:52 Bate-papo Jovem
Jovens discutem política nas regionais

veja as últimas notícias

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Comissão da tarifa se reúne nesta quinta-feira

Publicado em: 19/06/2013 15:00:00

A Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo reúne-se nesta quinta feira (20), das 9h às 12 horas, no auditório da Urbs, no prédio central da Rodoferroviária. A pauta prevê a organização de propostas apresentadas ao longo dos últimos três meses, iniciando a formatação do relatório final, a ser apresentado até o fim do mês.

Integram a comissão representantes da Procuradoria-Geral do Município, Câmara Municipal de Curitiba; Instituto de Engenharia do Paraná; Secretaria Municipal de Trânsito; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese); Secretaria Municipal de Planejamento, Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades.

São convidados, desde o início dos trabalhos em março, os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Data: Quinta-feira, 20/06

Local: Auditório da Urbs

Horário: 9h às 12 horas

Notícia impressa em: 19/06/2013 17:36:18

(c) Prefeitura Municipal de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Imprimir Fechar

Notícias

Valdecir Galor/SMCS

Comissão da tarifa se reúne nesta quinta-feira

| 19/6/2013

A Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo reúne-se nesta quinta feira (20), das 9h às 12 horas, no auditório da Urbs, no prédio central da Rodoferroviária. A pauta prevê a organização de propostas apresentadas ao longo dos últimos três meses, iniciando a formatação do relatório final, a ser apresentado até o fim do mês.

Integram a comissão representantes da Procuradoria-Geral do Município, Câmara Municipal de Curitiba; Instituto de Engenharia do Paraná; Secretaria Municipal de Trânsito; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese); Secretaria Municipal de Planejamento, Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades.

São convidados, desde o início dos trabalhos em março, os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

Data: Quinta-feira, 20/06

Local: Auditório da Urbs

Horário: 9h às 12 horas

Notícias

Foto: Valdecir Galor/SMCS

Comissão da tarifa encerra trabalho e aprova recomendações para mais transparência no sistema

| 28/6/2013

Com a aprovação de recomendações à administração municipal, a Comissão de Análise da Tarifa encerrou os trabalhos nesta quinta-feira (26). O relatório final será entregue ao prefeito Gustavo Fruet na próxima semana.

Ao longo de quatro meses, os membros da comissão reuniram-se quase todas as semanas, em sessões públicas, analisando todos os números, dados, informações, planilhas, metodologia e parâmetros utilizados no cálculo da tarifa do transporte coletivo. Todas as reuniões – 15 no total – foram abertas para participação da imprensa, autoridades, comunidade e representantes de movimentos populares e demais interessados.

O relatório final também será encaminhado aos vereadores, Ministério Público, entidades de classe e veículos de comunicação, além de ser disponibilizado na internet.

Entre as recomendações aprovadas, estão a de que seja feita revisão dos parâmetros técnicos que compõem a tarifa técnica a cada quatro anos; auditoria sobre todos os parâmetros atualmente utilizados; revisão do Conselho Municipal de Transporte dotando-o de competência para se pronunciar sobre a revisão tarifária; e discussão com a sociedade para viabilizar o escalonamento de horários das atividades geradoras de viagens, desconcentrando os horários de pico; além de avaliar a possibilidade de implantação da tarifa sazonal, com valores diferenciados fora de horários de pico.

A reunião foi aberta pelo presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, que agradeceu a participação de todos e destacou a dedicação, seriedade e diálogo que marcaram os trabalhos da comissão. “Este foi um passo importante na diretriz desta gestão municipal, determinada pelo prefeito Gustavo Fruet, de transparência, diálogo e responsabilidade com o bem público”, disse. Gregório lembrou que além da comissão, está em andamento, já há um mês, uma auditoria nas operações do transporte coletivo.

Integram a comissão representantes da Procuradoria Geral do Município, Câmara Municipal de Curitiba; Instituto de Engenharia do Paraná; Secretaria Municipal de Trânsito; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese); Secretaria Municipal de Planejamento e Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Foram convidados, desde o início dos trabalhos em março, o Fórum Popular pela Mobilidade, que reúne 23 entidades os sindicatos de motoristas e cobradores (Sindimoc) e empresas operadoras (Setransp), além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e Coordenação da Região Metropolitana (Comec).

“Tivemos aqui uma democracia plena. Raramente se constrói um relatório dessa natureza, de forma tão ampla e democrática. Aqui estão presentes todas as impressões debatidas, estamos tranquilos quanto a isso, tudo foi ponderado, discutido e dialogado”, afirmou o professor Lafaiete Neves, que acompanhou todas as reuniões, representando o Fórum do Movimento Popular do Transporte Coletivo.

“Este relatório terá uma grande importância em todo o processo em que se busca total transparência no transporte coletivo”, afirmou o vereador Jorge Bernardi, também integrante da comissão. “Com certeza, as informações apresentadas nesta comissão e as recomendações elencadas no relatório, serão referência em outros trabalhos, como as auditorias, a CPI [do transporte coletivo, na Câmara]”, disse ele. Bernardi também destacou o empenho de todos os integrantes da comissão, e o diálogo que marcou os trabalhos ao longo destes quatro meses. “Sem dúvida, é um avanço considerável na questão do transporte coletivo”, afirmou.

Notícias

Foto: Jaelson Lucas/SMCS

Em torno de 300 pessoas participaram nesta sexta-feira (22) da audiência pública promovida pela Urbs para discutir a tarifa do transporte coletivo.

Audiência pública sobre tarifa reúne cerca de 300 pessoas

| 25/2/2013

Em torno de 300 pessoas participaram nesta sexta-feira (22) da audiência pública promovida pela Urbs para discutir a tarifa do transporte coletivo. Durante três horas, representantes sindicais, motoristas, cobradores, usuários e empresários do setor puderam se manifestar sobre o custo do transporte em Curitiba.

O resultado, na avaliação do presidente da Urbs, Roberto Gregório, foi bastante positivo. “Esta é a primeira vez que se faz uma audiência para ouvir a sociedade sobre a tarifa e o processo de negociação dos salários de motoristas, cobradores e demais funcionários das empresas. Todas as críticas, as denúncias, os problemas levantados aqui serão estudados, debatidos, para que possamos chegar a bons resultados. E ainda vamos fazer a segunda, a terceira, muitas outras reuniões como esta”, disse ele.

Perguntas e respostas sobre os custos e a tarifa do transporte coletivo

A promotora de Justiça da Defesa do Consumidor, Cristina Ruaro, acompanhou as manifestações, críticas e sugestões, e disse que a audiência e o convite para que a Promotoria acompanhe as negociações representam um avanço importante na questão da tarifa. “Vamos participar de todas as reuniões, estaremos juntos na mesa de negociações, na defesa do consumidor”, disse ela ao agradecer ao presidente da Urbs pelo convite.

“É muito importante a presença do Ministério Público aqui na audiência pública, também como auditor do sistema tarifário do transporte público”, afirmou o presidente da Urbs.

Manifestações

As manifestações dos participantes – que optaram por utilizar o microfone ao invés de apenas encaminhar suas dúvidas e sugestões por escrito – foi tão intensa que ocupou todo o tempo previsto para o encontro. Por isso, as perguntas feitas por escrito serão respondidas e publicadas no site da Urbs, além de enviadas para quem tiver deixado endereço ou telefone para contato.

Nem mesmo a decisão do Sindimoc (Sindicato dos Motoristas e Cobradores) de abandonar o auditório arrefeceu o ânimo dos participantes que, embora fizessem críticas ao sistema, à operação dos ônibus e estações tubo, entre outras, destacavam a importância de poder falar diretamente com dirigentes da Urbs, empresários, trabalhadores e Ministério Público. Um grupo de motoristas e cobradores atendeu a convocação do presidente do sindicato, Anderson Teixeira , feita ao final do discurso de mais de meia hora em que defendeu transparência e diálogo, e deixou o auditório. Muitos motoristas e cobradores, no entanto, permaneceram no auditório e fizeram uso da palavra, graças a uma decisão do presidente da Urbs que alterou a programação inicial para permitir as manifestações.

Cálculos

O diretor jurídico da Urbs, Rodrigo Grevetti, apresentou os cálculos básicos para que se chegue à tarifa técnica, aquela que é paga às empresas de transporte. Rodrigo mostrou que os gastos com pessoal – salários, encargos e benefícios – representam 45% da tarifa. Ele também explicou como é feito o cálculo dos custos das empresas com combustível (pela tabela da Agência Nacional de Petróleo); lubrificantes (pela variação de preço), rodagem (cotação dos custos de pneus no mercado) e peças, acessórios e serviços de terceiros relativos à manutenção, pela variação dos preços. A apresentação feita na audiência será disponibilizada no site da Urbs.

As contas mostraram que a tarifa técnica (valor pago às empresas por passageiro) de 2013, em Curitiba, levando em conta os custos acima, pode chegar a R$ 2,78. Na integração metropolitana, este custo por passageiro pode ir a R$ 4,10, chegando-se à tarifa técnica de R$ 3,05, que é a média entre estes dois custos, ponderada pelo número de passageiros no transporte urbano e no integrado metropolitano.

Da audiência participaram representantes de mais de 50 entidades – federações, associações, sindicatos e conselhos regionais de diferentes áreas, que também fizeram críticas e sugestões, como o professor Lafayette Neves, que representou a Associação de Professores da UFPR e sugeriu uma reavaliação geral do sistema de transporte. “Todas as propostas e até mesmo as críticas são bem-vindas, pois só assim se constrói efetivamente”, disse o presidente da Urbs, ao agradecer a participação das pessoas que usaram o microfone.

Além do Ministério Público, Urbs e Sindimoc, participaram da audiência apresentando suas reivindicações o sindicato dos empregados dos setores de administração e manutenção das empresas de ônibus (Sindeesmat), e o sindicato das empresas de ônibus do transporte coletivo (Setransp).

A Câmara Municipal também compareceu em peso à audiência pública. Estava presente a maioria dos vereadores da casa, incluindo o presidente, Paulo Salamuni, e o vereador Pedro Paulo, líder do governo municipal na Casa.

Notícias

Maurilio Cheli/SMCS

Auditoria terá participação de universidades do Paraná

| 21/3/2013

O presidente da Urbs, Roberto Gregorio da Silva Junior, disse nesta quarta-feira (20), em audiência pública na Câmara Municipal de Curitiba, que já estão adiantados os contatos para realização de uma auditoria independente na Urbs, no Fundo de Urbanização de Curitiba - que concentra os recursos do transporte coletivo - e nos contratos com os consórcios operadores, contratados em 2010.

Gregório disse que o processo vai contar com a participação das universidades Federal do Paraná (UFPR) e Católica (PUCPR) e que buscará também o apoio de especialistas da Universidade Positivo.

A auditoria, explicou o presidente da Urbs, é uma determinação do prefeito Gustavo Fruet e faz parte de um rol de medidas que garantam a transparência, a participação da comunidade e mecanismos de controle social nas ações e procedimentos da Urbs. Ele lembrou outras medidas já adotadas na atual gestão, entre elas, a audiência pública sobre a tarifa, a comissão de análise da tarifa para a elaboração de uma nova modelagem tarifária e a reativação, já a caminho, do Conselho Municipal do Transporte.

•Fruet expõe dados sobre tarifa ao Fórum Popular do Transporte Público

Integração

Promovida pela Câmara, a pedido do vereador Jorge Bernardi e do Fórum Popular de Mobilidade Urbana, a audiência reuniu, além de vereadores e uma série de entidades representativas da população, o diretor da Coordenação da Região Metropolitana (Comec), Rui Hara, e representantes do Dieese, sindicatos de motoristas e cobradores e das empresas operadoras, a coordenadora do Fórum, Clair da Flora Martins.

O presidente da Urbs abriu o evento destacando que o prefeito Gustavo Fruet está empenhado, de uma forma muito intensa, em garantir a manutenção e ampliação da integração do transporte metropolitano, atendido pela Rede Integrada de Transporte de Curitiba (RIT). “O prefeito tem determinado efetivamente a promoção do diálogo e da transparência, e muito, mas muito rigor com as contas públicas”, disse ele.

A manutenção, ampliação e melhoria da Rede Integrada, afirmou Gregório, envolve uma série de atores – os governos

federal, estadual e municipal e especialmente a sociedade. “As soluções precisam ser construídas de forma conjunta para que sejam viáveis”, afirmou.

O diretor da Comec, Rui Hara, concordou que é preciso um envolvimento dos diferentes setores. “Uma discussão ampla, que vá além da discussão política”, disse. Ele também agradeceu pelo apoio técnico na organização da licitação do transporte coletivo que deverá ser feita pela Comec e disse concordar integralmente com a visão metropolitana apresentada pelo presidente da Urbs. “Não se faz mais nada sozinho, sem integração”, afirmou.

Notícias

Foto: Jaelson Lucas/SMCS

Prefeitos e parlamentares defendem tarifa única para a Região Metropolitana

| 17/4/2013

Deputados, vereadores, prefeitos, usuários do transporte coletivo e moradores da Região Metropolitana de Curitiba defenderam, na manhã desta segunda-feira (15), a manutenção da tarifa única e do transporte metropolitano integrado. Eles participaram da audiência pública convocada pela Comissão da Região Metropolitana da Assembleia Legislativa para debater o futuro da Rede Integrada de Transporte diante da possibilidade de o governo estadual cancelar o repasse de recursos para cobrir custos da integração metropolitana no transporte.

Faixas lembrando o governo do Estado de que a integração é um direito dos usuários do transporte na Região Metropolitana foram estendidas no auditório do Plenarinho da Assembleia, lotado com a presença de cerca de 500 pessoas.

Além de prefeitos e vereadores de 13 municípios, da maioria dos deputados estaduais, do presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, e de diretores da Comec, a audiência também contou com a presença do deputado federal Angelo Vanhoni e, no seu início, do secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, Ratinho Junior.

O presidente da Urbs disse, durante a audiência, que a tarifa única e o transporte integrado são um patrimônio da população, que não pode ser colocado em risco. “É determinação do prefeito Gustavo Fruet que seja feito todo o possível para manter a integração e a tarifa única”, disse Gregório, considerando como positivas as negociações na área técnica, que vêm sendo feitas entre a Urbs e a Comec.

Gregório voltou a destacar a importância da renovação do convênio, que termina em 7 de maio, uma exigência legal para que a Urbs possa operar o transporte coletivo na Região Metropolitana. Ele também lembrou que a capital subsidia em torno de 40% do custo do transporte metropolitano integrado lembrando, por exemplo, o custo da estrutura utilizada pela Rede Integrada – terminais, estações tubo, fiscalização, organização do sistema, vistorias técnicas, monitoramento, canaletas.

O presidente da Urbs defendeu a importância da pesquisa de Origem e Destino para dimensionamento da estrutura e dos custos do transporte. No entanto, alertou, “Existe uma questão imediata, que não nos permite perder o foco, que é a renovação do convênio até 7 de maio”.

Presidente da Comissão da Região Metropolitana da Assembleia Legislativa, o deputado Toninho Wandscheer, que foi diretor da Comec, disse que, ao decidir bancar a diferença no custo do transporte urbano e metropolitano no ano passado, o governador Beto Richa sinalizou com uma política pública que não pode ser cancelada de uma hora para outra. “Esperamos que o governador volte atrás na decisão de retirar o subsídio. É uma política pública que não pode deixar de existir no ano seguinte”, afirmou.

A direção da Comec considerou o subsídio concedido no ano passado como uma situação emergencial, com prazo definido. O subsídio impediu que a tarifa para o usuário ficasse em R$ 2,80 no ano passado.

Embora tenha considerado a integração do transporte como necessária e importante, o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, Ratinho Junior, reafirmou que sem uma pesquisa de Origem e Destino, que nunca foi feita em Curitiba, o governo estadual teria dificuldade em manter o subsídio.

A Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (Assomec), no entanto, pede a manutenção do subsídio enquanto se faz a pesquisa e outros estudos que permitam melhorar a Rede Integrada de Transporte. O presidente da Assomec, Luiz Goulart, prefeito de Pinhais, manifestou o que considerou como extrema preocupação de todos os prefeitos da Região. “O anúncio do fim do subsídio causa um problema muito sério. O que pode acontecer se até o dia 7 de maio não houver um acordo? Os prefeitos, vereadores e moradores da Região sabem o quanto isso é preocupante”, afirmou.

Documento reivindicando a manutenção do subsídio, paralelamente a estudos e à pesquisa de Origem e Destino, foi entregue ao governo estadual. Faz parte do documento exigência de maior transparência nos dados e cálculos da Urbs sobre o transporte coletivo.

Entre as medidas de transparência já adotadas, explicou o presidente da Urbs, estão a audiência pública para discussão da tarifa, em fevereiro, antecipando os cálculos antes mesmo da definição dos salários de motoristas e cobradores; a participação do Ministério Público com a Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor nas negociações salariais e também na Comissão de Análise da Tarifa que iniciou seus trabalhos no mês passado. Gregório também convidou os presentes a acompanhar as reuniões da comissão.